

MINUTA DE PROPOSTA DA LEI COMPLEMENTAR Nº ____ DE ____ DE _____ DE 2020.

Dispõe Sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI COMPLEMENTAR:

TÍTULO I
CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS GERAIS

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Plano Diretor, denominado Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município de Joaçaba, é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano e rural.

Art. 2º As políticas públicas, planos, programas e projetos, orçamento anual e o plano plurianual deverão atender e incorporar o estabelecido neste ao Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável e leis complementares e nas leis subordinadas.

Parágrafo único. Para este plano, adotam-se as seguintes definições:

I – políticas públicas – são políticas diretamente associadas às questões políticas e governamentais que mediam a relação entre Estado e sociedade, sendo a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.

II – plano – Trata-se de um modelo sistemático que se elabora antes de realizar uma ação, com o objetivo de dirigi-la e encaminha-la. Podendo ainda ser o conjunto das disposições necessárias para elaborar um projeto;

III – programas – instrumento de organização das ações e que articulam um conjunto de iniciativas públicas e privadas por meio de projetos, atividades, financiamentos, incentivos fiscais e normas, e visam ainda à solução de problemas ou atendimento de demanda da sociedade, sendo mensurado por indicadores, metas regionalizadas e custos estabelecidos pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei do orçamento anual;

IV - orçamento - instrumento utilizado para planejar a utilização da receita arrecadada com os tributos, (impostos, taxas, contribuições de melhoria, entre outros), cujo planejamento envolve três etapas:

a) plano plurianual de ações (PPA): instrumento de planejamento estratégico que compreende as diretrizes e interações que relacionam o presente ao futuro da organização e que vão tornando harmônicas as medidas adotadas em direção a uma estrutura idealizada para quatro anos;

b) lei de diretrizes orçamentárias (LDO): determina quais metas e prioridades do PPA serão tratadas no

ano seguinte - além de trazer algumas obrigações de transparência;

c) lei orçamentária anual (LOA): compreende o detalhamento de todos os gastos que serão realizados, definidos em quanto será gasto, em que área será aplicado e para qual finalidade.

Art. 3º Este plano diretor de desenvolvimento sustentável abrange a totalidade do território do município de Joaçaba, adequando sua política de desenvolvimento urbano e ambiental à lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, e define:

I - a política de desenvolvimento físico-territorial;

II - a política socioeconômica;

III - critérios para garantir que a cidade e a propriedade cumpram sua função social;

IV - a política de gestão e controle social do plano diretor de desenvolvimento sustentável.

§ 1º A interpretação da presente lei e seu anexo será realizada de forma a articular sistemática e integradamente todos os dispositivos nela contidos.

§ 2º Visando a consecução da interpretação a que se refere o parágrafo anterior, deverá ser rigorosamente observado o significado dos conceitos, termos técnicos e expressões utilizados na presente Lei.

Art. 4º O plano diretor de desenvolvimento sustentável deverá ser revisado e atualizado em um prazo máximo de dez anos, bem como terá suas diretrizes e propostas avaliadas e monitoradas, periodicamente.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 5º Constituem objetivos do plano diretor de desenvolvimento sustentável de Joaçaba:

I - garantir o direito à cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e equipamentos urbanos, ao transporte, aos serviços públicos, à segurança, ao trabalho e ao lazer;

II - orientar as ações dos diversos atores, públicos ou privados, que intervêm sobre o território do município;

III - garantir a participação de toda a população e setores da sociedade na tomada de decisões inerentes aos processos de planejamento e gestão urbanos, sempre observando critérios de transparência e legitimidade;

IV - orientar os investimentos do Poder Público de acordo com os objetivos estabelecidos neste plano diretor de desenvolvimento sustentável, visando aproximar o planejamento e a gestão urbanos;

V - promover a justiça social e reduzir as desigualdades no município, buscando a reversão do processo de segregação socioespacial e o impedimento da prática da especulação imobiliária, por intermédio da oferta de áreas para produção habitacional dirigida aos segmentos sociais de menor renda;

VI - promover a urbanização e regularização fundiária de áreas ocupadas por população de baixa renda, visando a inclusão social de seus habitantes;

- VII - elevar a qualidade do ambiente do município, por meio da preservação do equilíbrio ecológico e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico, arqueológico e paisagístico;
- VIII - contribuir para a construção e difusão da memória e identidade do município, por intermédio da preservação e desenvolvimento do patrimônio histórico e cultural, utilizando-o como meio de desenvolvimento sustentável;
- IX - fortalecer a regulação pública sobre o solo urbano, mediante controle e fiscalização sobre o uso e ocupação do espaço do município;
- X - racionalizar o uso da infraestrutura instalada, evitando sua sobrecarga ou ociosidade, por meio do controle sobre o adensamento urbano;
- XI - garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes das obras e serviços de infraestrutura urbana;
- XII - garantir a acessibilidade universal para toda a população, entendida como a facilidade de acesso a qualquer ponto do território, com atenção as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- XIII - capacitar o município de Joaçaba para desempenho de funções estratégicas na região;
- XIV - monitorar o perímetro urbano municipal;
- XV - estabelecer normas de uso e ocupação do solo urbano e diretrizes para o desenvolvimento rural;
- XVI - estimular o desenvolvimento econômico comercial, industrial e de serviços;
- XVII - direcionar o crescimento da ocupação e expansão do território para áreas propícias à urbanização;
- XVIII - prover um sistema de mobilidade urbana que atenda aos usuários de todas as modalidades de transporte;
- XIX - instituir o sistema municipal de planejamento e gestão territorial descentralizado.

CAPÍTULO III PRINCÍPIOS GERAIS DA POLÍTICA URBANA

Art. 6º Constituem os princípios norteadores deste plano diretor de desenvolvimento sustentável:

- I - igualdade e justiça social;
- II - função social da cidade;
- III - função social da propriedade;
- IV - desenvolvimento sustentável;
- V - participação popular;
- VI - inovação; e
- VII - desenvolvimento rural.

Seção I

Do Princípio Da Igualdade E Justiça Social

Art. 7º O município contribuirá com a promoção da igualdade e justiça social em seu território quando:

I - garantir a redução da segregação socioespacial;

II - garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes das obras e serviços de infraestrutura urbana;

III - garantir a recuperação dos investimentos públicos municipais que resultaram na valorização de imóveis urbanos;

IV - garantir igualdade de acesso aos equipamentos e serviços públicos;

V - garantir a justa distribuição dos equipamentos e serviços públicos pelo território.

Seção II

Do Princípio Da Função Social Da Cidade

Art. 8º Para os efeitos desta Lei, a cidade cumpre sua função social quando garante, de forma ampla e irrestrita, sempre visando promover a redução das desigualdades sociais, da justiça social e melhoria da qualidade de vida urbana:

I - o acesso à moradia;

II – a mobilidade e acessibilidade universal;

III - o saneamento;

IV - a cultura;

V - o lazer;

VI - a segurança;

VII - a educação;

VIII - a saúde;

IX - o trabalho.

Seção III

Do Princípio Da Função Social Da Propriedade

Art. 9º A propriedade urbana deverá exercer plenamente a função social que lhe impõe o parágrafo 2º

do artigo 182 da Constituição Federal, combinado com o disposto nos termos do parágrafo único do artigo 1º do Estatuto da Cidade.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende aos seguintes requisitos:

- a) compatibilidade do uso e do porte da propriedade com a preservação da qualidade do ambiente urbano e natural, bem como do equilíbrio ecológico;
- b) compatibilidade do uso e do porte da propriedade com a segurança, bem-estar e a saúde de seus usuários e vizinhos;
- c) compatibilizar o uso e a ocupação do solo às características ambientais e às vocações apresentadas pela evolução do município, de acordo com a infraestrutura existente, equipamentos e serviços públicos disponíveis, fomentando o uso misto, sempre que possível.

Art. 10. A função social da propriedade urbana deverá subordinar-se às diretrizes de ordenamento territorial do município expressas neste plano, compreendendo:

I - a distribuição de usos e intensidades de ocupação do solo evitando tanto a ociosidade quanto a sobrecarga dos investimentos públicos, sendo equilibrados em relação à infraestrutura disponível, aos transportes e ao potencial ecológico;

II - a intensificação da ocupação do solo condicionada à ampliação da capacidade de infraestrutura e dos transportes e à preservação do equilíbrio ecológico;

III - a adequação das condições de ocupação urbana às características do meio físico, para impedir a deterioração e degeneração de recursos naturais do município;

IV - a melhoria da paisagem urbana e a preservação dos sítios históricos;

V - a preservação dos recursos naturais, dos mananciais de abastecimento de água do município e a recuperação de áreas degradadas, visando à melhoria do meio ambiente;

VI - o acesso à moradia digna, com a ampliação da oferta de habitação para as populações de renda média e baixa;

VII - a regulamentação do parcelamento, uso e ocupação do solo de modo a incentivar a ação dos agentes promotores de habitação de interesse social;

VIII - a promoção e o desenvolvimento de um sistema de transporte coletivo de qualidade, simultaneamente ao incentivo à redução do uso do transporte individual.

Seção IV

Do Princípio Do Desenvolvimento Sustentável

Art. 11. Sustentabilidade urbana consiste no desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando garantir qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

Parágrafo único. O município promoverá o desenvolvimento sustentável quando garantir, de forma efetiva e irrevogável, para as presentes e futuras gerações, o direito:

- a) à terra urbana;
- b) à moradia;
- c) ao meio ambiente;
- d) ao saneamento ambiental;
- e) à infraestrutura urbana;
- f) a mobilidade e acessibilidade universal;
- g) aos serviços públicos;
- h) ao trabalho;
- i) ao lazer;
- j) à identidade cultural.

Seção V Do Princípio Da Participação Popular

Art. 12. O município assegurará a participação popular quando a formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano forem realizados com ampla e irrestrita participação da população, assegurando que os diversos setores da sociedade tenham igual oportunidade de expressar suas opiniões e de participar dos processos decisórios.

Parágrafo único. O município assegurará a participação popular quando:

- a) der pleno funcionamento ao sistema de gestão da política urbana a que se refere o a presente lei, sempre orientado pelo objetivo de assegurar a ampla e irrestrita participação popular;
- b) garantir acesso à informação pública;
- c) realizar audiências públicas, na forma prevista nos termos desta lei, para divulgar e coletar a opinião da população sobre projetos de impacto para o município.

Seção VI Das Diretrizes Regionais De Desenvolvimento e Inovação

Art. 13. Para a promoção do desenvolvimento na escala regional deverão ser formalizadas parcerias entre municípios da regional de Joaçaba, para o desenvolvimento de projetos de interesse comum referentes a temas como:

- I - a disposição final de resíduos sólidos;
- II - a passagem das rodovias estaduais pelos perímetros urbanos;
- III - a operação da ferrovia (para carga ou para turismo);
- IV - estimular o desenvolvimento sustentável e adequado da agroindústria regional;
- V - a mobilidade regional;
- VI - o uso do solo em áreas periféricas que se confrontam entre os municípios vizinhos;
- VII - programas de inovação.

Parágrafo único. A consecução da diretriz de desenvolvimento regional dar-se-á por meio da formação de convênios e de consórcios públicos com os municípios da região.

Seção VII

Dos Princípios de Desenvolvimento Rural

Art. 14. O desenvolvimento rural deve buscar a capacitação humana, política, cultural e técnica que permite a população rural transformar e melhorar suas condições de vida, por meio de mudanças em suas relações, do mercado e da sociedade, objetivando:

- I - estabelecer normas de uso e ocupação do solo urbano e diretrizes para o desenvolvimento rural;
- II - estimular o modo de vida rural;
- III - intensificar os cursos profissionalizantes para qualificação da mão de obra industrial, rural e turística;
- IV - garantir a mobilidade da população na área rural do município e na ligação com outros municípios da região;
- V - criar programas de conscientização ambiental para a população rural.

TÍTULO II

DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Art. 15. Constituem as políticas de desenvolvimento municipal:

- I - desenvolvimento territorial;
- II - desenvolvimento socioeconômico;
- III - gestão e controle.

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Seção I

Das Finalidades, Princípios, Objetivos e Metas

Art. 16. A política de desenvolvimento territorial visa à estruturação do espaço urbano, sua articulação com a área rural e a integração do município na região.

Parágrafo único. A implementação da estratégia de estruturação urbana dar-se-á a partir da conceituação, identificação e classificação dos elementos referenciais do espaço urbano, existentes ou potenciais, e das suas conexões, valorizando prioritariamente o espaço público.

Art. 17. São os princípios básicos da política de desenvolvimento territorial:

- I - integração dos instrumentos de desenvolvimento municipal;
- II - compatibilização dos instrumentos de desenvolvimento municipal com as políticas de desenvolvimento da região;
- III - prevalência do interesse público;
- IV - participação comunitária;
- V - continuidade, no tempo e no espaço, das ações básicas de planejamento urbano;
- VI - fiscalização permanente para adoção de medidas corretivas e punitivas.

Art. 18. Constituem os objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial:

- I - planejar o desenvolvimento da cidade, das atividades econômicas do Município e a distribuição espacial da população, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
- II - estimular o adensamento da cidade na área urbanizada, respeitando a capacidade de suporte da infraestrutura, serviços e equipamentos disponíveis;
- III - otimizar o aproveitamento dos investimentos urbanos já realizados e gerar novos recursos, buscando reduzir progressivamente o déficit social representado pela carência de infraestrutura urbana, de serviços sociais e de moradia para a população de baixa renda;
- IV - estimular a reurbanização e qualificação de áreas de infraestrutura básica incompleta e com carência de equipamentos urbanos e comunitários;
- V - coibir o surgimento de assentamentos irregulares, através da implantação de um sistema eficaz de fiscalização e da definição das condições e parâmetros para regularizar os assentamentos, incorporando-os à estrutura urbana, respeitado o interesse público e o meio ambiente;
- VI - coibir e rever a prática de construção e uso irregular das edificações, com a implantação de um sistema eficaz de fiscalização;
- VII - estruturar e qualificar áreas que exercem o papel de centralidade urbana consolidada, com o objetivo de reforçar o papel das centralidades locais das áreas identificadas, dinamizando suas potencialidades de acordo com seu perfil socioeconômico e cultural;
- VIII - vincular o uso e a ocupação do solo às características ambientais e às vocações apresentadas pela evolução do município, fomentando o uso misto, sempre que possível.
- IX - ordenar e controlar o uso do solo, de forma a combater e evitar:
 - a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
 - b) a proximidade ou conflitos entre usos e atividades incompatíveis ou inconvenientes;
 - c) o uso ou aproveitamento excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana;
 - d) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
 - e) o uso inadequado dos espaços públicos;
 - f) a poluição e a degradação ambiental.

X - instituir o sistema de áreas verdes públicas e de patrimônio público, no sentido de desestimular a sua alienação e incentivar sua preservação e utilização, adequando a oferta de equipamentos comunitários aos interesses de população e fortalecendo o poder fiscalizador do município;

XI - possibilitar melhoria no abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão dos resíduos sólidos incentivando a implementação de coleta seletiva, drenagem urbana e pavimentação, priorizando o atendimento às famílias de baixa renda e promovendo a justiça social;

Seção II

Dos Programas da Política de Desenvolvimento Territorial

Art. 19. Constituem a política de desenvolvimento territorial os seguintes programas:

I - estruturação espacial;

II- transporte e mobilidade urbana;

III - saneamento ambiental;

IV - habitação.

Art. 20. Os programas a que se refere o artigo 19 desta lei, implementar-se-ão a partir da ação articulada e integrada entre os órgãos e entidades da administração municipal envolvidos com a especificidade do programa ou do projeto a ser desenvolvido.

Art. 21. O programa de estruturação espacial buscará promover a redução das desigualdades territoriais garantindo a função social da cidade e da propriedade entendendo-se como tal, a distribuição equitativa dos equipamentos urbanos e comunitários, implementando-se através de:

I - promoção da regularização fundiária de loteamentos irregulares/ clandestinos, favelas e assentamentos precários;

II - integração dos loteamentos e bairros isolados na malha urbana existentes ou projetados através de corredores de circulação e transporte;

III - descentralização dos equipamentos de uso público bem como, atividades comerciais e de prestação de serviços estimulando zonas mistas;

IV - melhoramento da qualidade do ambiente urbano criando espaços livres de uso público;

V - valorização dos espaços públicos existentes;

VI - criação de corredores de arborização pública e ajardinamento;

VII - estimular o adensamento em áreas providas de infraestrutura;

VIII - monitoramento do uso do solo de forma a combater a não utilização/ subutilização ou de utilização inadequada de imóveis urbanos;

IX - dotar os bairros de infraestrutura mínima para a qualificação da paisagem urbana e identidade dos bairros;

X - monitoramento do uso de áreas de adensamento controlado de forma de forma a preservar a qualidade do espaço.

XI - criar incentivos fiscais para unidades de conservação e lotes atingidos por áreas de preservação permanente;

XII - proceder ao tombamento de edificações e monumentos de importância histórica e arquitetônica;

XIII - elaborar e implantar o plano de preservação do patrimônio histórico;

XIV - implementar instrumentos do estatuto da cidade e do código civil;

XV - vincular o uso e a ocupação do solo às características ambientais e às vocações apresentadas pela evolução da cidade e do município;

XVI - elaborar e implantar políticas habitacionais.

Art. 22. O programa de transporte e mobilidade urbana representado pelo plano de mobilidade urbana do município de Joaçaba, busca desenvolver um conjunto de políticas de transporte e circulação para proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, através da priorização das pessoas com implantação e melhoramento dos equipamentos de circulação inclusivas e ambientalmente sustentáveis.

Parágrafo único. A mobilidade urbana municipal deverá ainda estar sempre em concordância com à acessibilidade universal, e constituída de rotas acessíveis, para todas as instituições públicas.

Art. 23. O programa de transporte e mobilidade urbana será implementado através de:

I - integração das vias de circulação coletoras;

II - dotação das vias coletoras de infraestrutura;

III - viabilizar ao pedestre a mobilidade segura;

IV - incrementar o uso de transporte não motorizado;

V - priorizar o transporte coletivo e seu mecanismo;

VI - prover um sistema de mobilidade urbana que atenda aos usuários de todas as modalidades de transporte;

VII – reestruturar e integrar o sistema viário básico e estrutural ao uso do solo, visando a garantia da acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ou que tenham a mobilidade reduzida, garantindo rotas acessíveis;

VIII - diminuição do número de viagens motorizadas.

Art. 24. O programa de saneamento ambiental visa promover a melhoria das condições ambientais para impulsionar o desenvolvimento sustentável, visando a melhoria das condições de vida da população urbana e rural, através de diretrizes locais de políticas relacionadas ao abastecimento de água, saneamento básico, manejo de resíduos sólidos urbanos e o manejo de águas pluviais urbanas, bem como o controle ambiental de vetores e reservatórios de doenças e a disciplina da ocupação e uso do solo.

Art. 25. O programa de saneamento ambiental será implementado com objetivo de:

I - determinar investimentos públicos prioritários na promoção do saneamento básico, para implantar e melhorar a rede de infraestrutura urbana, e no que tange ao abastecimento de água potável e sistema de coleta de esgoto, fomentar o crescimento progressivo do atendimento a todo o município;

II - preservar e recuperar as Áreas de Preservação Permanente – APP bem como estabelecer medidas para preservação das reservas florestais nativas existentes nas áreas urbanas e rurais;

III - incentivar estudos técnicos para mitigar ou eliminar eventos oriundos de deslizamentos e/ou inundação;

IV - minimizar o impacto ambiental gerado pelos despejos de resíduos de forma indevida, bem como oriundo da utilização de defensivos agrícolas;

V - criação de políticas de fiscalização e gestão da produção animal em áreas de interesse ambiental, que visem impedir a poluição destas áreas;

VI - enquadrar as indústrias nos padrões ambientais legais;

VII - fortalecer a relação entre o cidadão e o meio ambiente;

VIII - implantar medidas para conservação do solo.

Art. 26. O programa de habitação visa promover o direito à moradia como direito social básico, incorporando o direito a infraestrutura e serviços. Como direito social através de diretrizes locais de política habitacional, induzindo o repovoamento dos vazios urbanos, destinando áreas com infraestrutura na cidade para provisão de habitação de interesse social, democratizando o acesso ao solo urbano e à própria cidade.

Art. 27. O Programa de Habitação será implementado através de:

I - mobilização de recursos para viabilizar a produção e comercialização subsidiada de habitação para a população de menor renda;

II - facilitação do acesso à habitação mediante incentivos para população, na compra de imóveis;

III - combate aos fenômenos de segregação urbana, desequilíbrios sociais e urbanísticos.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E INOVAÇÃO

Seção I

Das Finalidades E Objetivos

Art. 28. A política de desenvolvimento socioeconômico e inovação visa promover uma organização econômica capaz de gerar emprego e renda, reduzindo o trabalho informal e a concentração da pobreza através da priorização de investimentos públicos em organizações produtivas que cumpram a função social.

Art. 29. Constituem os objetivos da política de desenvolvimento socioeconômico e inovação:

I - ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e propriedade urbana, através da manutenção e melhoria dos serviços básicos, a fim de garantir acesso a segurança pública, saúde, educação e acesso a tecnologias em áreas urbanas e rurais;

II - incentivar a criação e estruturação de pequenos e médios empreendimentos;

III - encontrar novas diretrizes de distribuição espacial da população e das atividades econômicas;

IV - construir espaços que permitam articular a produção e troca entre campo e cidade;

V - estimular o desenvolvimento sustentado e adequado de todas as atividades.

Art. 30. A municipalidade desenvolverá essa política integrada ao planejamento plurianual e aos programas dos governos estadual e federal pertinentes a essa área.

Seção II

Dos Programas da Política de Desenvolvimento Socioeconômico e Inovação

Art. 31. Constituem a Política de Desenvolvimento Socioeconômico e inovação os seguintes programas:

I - fortalecer o turismo local e regional;

II - incentivo e fortalecimento das pequenas propriedades rurais;

III - geração de emprego e renda;

IV – Inovação.

Parágrafo único. O fortalecimento do turismo dar-se-á mediante o plano de turismo, que buscará promover e incentivar tal atividade como fator de desenvolvimento social e econômico do município definindo suas metas, objetivos e aplicações.

Art. 32. É obrigação do município adotar em seu território condições que facilitem a participação e o acesso, de forma autônoma, de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme o estabelecido na lei federal de acessibilidade e as normativas da Associação Brasileira de Norma Técnica - ABNT, bem como implantar sinalização turística, conforme orientações do Manual de Sinalização de Orientação Turística, do Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur.

Art. 33. O programa de incentivo e fortalecimento da pequena propriedade buscará promover o fortalecimento da pequena propriedade rural como fator de desenvolvimento socioeconômico da região, através da promoção da infraestrutura e diversificação das atividades agropecuárias, compatibilizando a preservação do meio ambiente natural e cultural.

Art. 34. O plano de fortalecimento da pequena propriedade será implementado com objetivo de:

I - melhorar a acessibilidade e facilitar o escoamento da produção;

II - diversificar as atividades;

III - dotar a área rural de oportunidades;

IV - fortalecer a identidade comunitária e regional, bem como a cultura associativa e cooperativista.

Art. 35. O programa de geração de emprego e renda buscará promover a geração de emprego e renda como fator de desenvolvimento social, econômico da região por meio de incentivo ao empreendedorismo a diversificação de atividades e a qualificação da mão-de-obra, priorizando o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida.

Art. 36. O programa de geração de emprego e renda será implementado com objetivo de:

I - incentivar o fortalecimento das empresas instaladas;

II - resgatar o potencial das principais atividades econômicas;

III - intensificar os cursos profissionalizantes para qualificação da mão de obra industrial, comercial, turística e tecnológica;

IV - fomentar o desenvolvimento de novas áreas econômicas priorizando as atividades relacionadas ao fortalecimento das cadeias produtivas;

V – fomentar a manutenção e instalação de empresas de tecnologia e inovação.

Art. 37. A inovação se dará pelos direitos liberdade econômica contemplados pela política municipal de desenvolvimento econômico do município de Joaçaba.

Parágrafo único. Além das previsões econômicas contempladas pela política municipal de desenvolvimento econômico, o município de Joaçaba manterá lei que dará diretrizes de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica, respeitados os princípios, diretrizes e objetivos contidos no Plano Diretor e na lei de uso e ocupação do solo.

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA DE GESTÃO E CONTROLE SOCIAL DO PLANO DIRETOR

Seção I

Das Finalidades e Objetivos

Art. 38. A política de gestão e controle social do plano diretor de desenvolvimento sustentável visa promover a gestão compartilhada do Plano através de um processo contínuo e democrático.

Art. 39. Constituem os objetivos da política de gestão e controle social deste plano:

I - criar um processo educativo e de capacitação da população para que a mesma participe de maneira efetiva no desenvolvimento da política urbana;

II - a capacitação dos gestores públicos e atores locais;

III - incentivar a sociedade a participar do plano diretor de desenvolvimento sustentável;

IV - tornar transparentes os processos de planejamento e gestão da política urbana.

Seção II

Do Programa Da Política De Gestão E Controle Social Do Plano Diretor

Art. 40. O programa de gestão e controle social do plano diretor buscará promover o desenvolvimento institucional através de programas de formação, atualização sensibilização e capacitação para a gestão do plano diretor de desenvolvimento sustentável.

Art. 41. O programa de gestão e controle social do plano diretor de desenvolvimento sustentável será implementado através das seguintes ações:

I - criação um processo educativo e de capacitação da população para que a mesma participe de maneira efetiva no desenvolvimento da política urbana;

II - capacitação dos gestores públicos e atores locais;

III - incentivo a sociedade a participar do plano diretor de desenvolvimento sustentável;

IV - tornar transparentes os processos de planejamento e gestão da política urbana.

Art. 42. O sistema de gestão e controle social do plano diretor de desenvolvimento sustentável tem como objetivos:

I - criar mecanismos que garantam canais de participação por parte da sociedade;

II - garantir a continuidade e transparência do processo de planejamento;

III - garantir estruturas e processos democráticos e participativos para o planejamento e gestão da política urbana, de forma continuada, permanente e dinâmica;

IV - promover a modernização dos procedimentos administrativos, garantindo maior eficácia no cumprimento das políticas públicas;

V - integrar projetos e programas complementadores ao plano diretor de desenvolvimento sustentável e ao orçamento municipal;

VI - monitoramento do território municipal, através do Sistema de Informações Geográficas (SIG);

VII - gestão democrática, através da participação dos segmentos sociais representativos;

VIII - descentralização da informação para todas secretarias municipais, com aplicação da tecnologia da informação;

IX - promover políticas de integração do território municipal.

Art. 43. Visando o desenvolvimento de um processo contínuo, dinâmico, flexível, atualizado e democrático de planejamento e gestão da política urbana no município, fica instituído o sistema de gestão da política urbana, tendo por âmbitos de atuação:

I - o do poder executivo municipal;

II - o da participação popular.

§ 1º Os âmbitos de atuação a que se referem os incisos deste artigo atuarão sempre de maneira integrada e complementar.

§ 2º Visando conferir operacionalidade ao Sistema de gestão da política urbana, bem como proporcionar seu acesso amplo e gratuito à Sociedade, será instituído o sistema de informações municipais, na forma prevista na presente lei.

Art. 44. O sistema de gestão da política urbana terá como objetivos:

I - viabilizar, na formulação e execução da política urbana, a criação de canais de participação e monitoramento por parte dos cidadãos, bem como de instâncias representativas dos vários segmentos da comunidade;

II - promover um processo educativo e de capacitação da população para que esta possa participar dos processos decisórios relativos à política urbana;

III - tornar transparentes os processos de planejamento e gestão da política urbana;

IV - identificar as prioridades sociais do município e integrá-las às prioridades do Poder Executivo Municipal;

V - implementar e monitorar os programas, projetos e instrumentos deste plano diretor de desenvolvimento sustentável;

VI - gerenciar e atualizar permanentemente este plano diretor de desenvolvimento sustentável;

VII - evitar a descontinuidade do processo de planejamento e gestão urbanos e a descaracterização das diretrizes estabelecidas para política urbana do município através da gestão democrática.

CAPÍTULO IV

DO SISTEMA DESCENTRALIZADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DEMOCRÁTICA TERRITORIAL

Art. 45. O sistema descentralizado de planejamento e gestão democrática territorial visa a desenvolver processos continuados e participativos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas que viabilizem a realização dos investimentos prioritários e regule o uso e ocupação do solo nos termos deste plano diretor de desenvolvimento sustentável.

§ 1º A participação da população deve ser assegurada em todas as fases do processo de planejamento e gestão territorial e do orçamento público municipal.

§ 2º A realização de debates, audiências, assembleias regionais de política territorial e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual é condição obrigatória para sua aprovação.

Art. 46. Além dos instrumentos previstos nesta lei, a Prefeitura Municipal de Joaçaba poderá estimular a criação de outros espaços de participação popular.

Art. 47. A participação de toda a população na gestão municipal será assegurada pelo poder público, mediante a convocação obrigatória das entidades da sociedade civil e da cidadania, especialmente daqueles que serão diretamente atingidos por decisões e atos tomados nos termos da presente lei.

Art. 48. A informação acerca da realização dos debates, conferências, audiências públicas e gestão orçamentária participativa será garantida por meio de veículos de comunicação.

Art. 49. As informações referentes ao artigo 47 desta lei, deverão ser divulgadas com, no mínimo, cinco dias de antecedência.

Parágrafo único. Deverá constar da informação o local, o dia, o horário e o assunto respectivo à reunião.

CAPÍTULO V DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 50. São atribuições do poder executivo municipal, no que compete ao sistema de gestão da política urbana:

I - promover a articulação entre poder executivo municipal, sociedade civil, entidades e demais órgãos governamentais das esferas estadual e federal que tenham relação com a política urbana;

II - implantar e gerenciar o Sistema de informações municipais proporcionando acesso amplo e gratuito a todos os interessados, indistintamente;

III - adequar a gestão orçamentária às diretrizes da política urbana;

IV - formular políticas, estratégias, programas, projetos e ações coordenadas de acordo com as diretrizes deste plano diretor de desenvolvimento sustentável;

V - executar políticas e ações com os demais órgãos municipais e com outros organismos governamentais e não-governamentais, seja no âmbito estadual ou federal;

VI - promover a realização de audiências públicas;

VII - elaborar e submeter à apreciação do conselho da cidade as ações necessárias à operacionalização dos instrumentos previstos neste plano diretor de desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO VI DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 51. É assegurada a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão da política urbana do município, mediante as seguintes instâncias de participação:

I - conselho da cidade;

II - conferência municipal de política urbana;

III - audiência pública;

IV - plebiscito e referendo;

V - projetos de lei de iniciativa popular;

VI - gestão orçamentária participativa.

Art. 52. A participação dos munícipes em todas as fases do processo de gestão da política urbana do

município deverá basear-se na plena informação, disponibilizada pelo executivo com antecedência.

Art. 53. O Executivo apresentará anualmente à câmara municipal e ao conselho da cidade o relatório de gestão da política urbana e plano de ação para o próximo período, devendo ser garantida pelo executivo ampla divulgação pelos meios de comunicação oficiais e alternativos utilizados pelo município.

Parágrafo único. Das alterações que ocorrerem nos planos ou quando da necessidade de convocação da população para participação, será assegurada ampla e periódica divulgação dos dados por meio de publicação anual no diário oficial do município, além da utilização dos demais meios de comunicação.

Seção I Do Conselho Da Cidade

Art. 54. Fica criado o conselho da cidade, de caráter consultivo e deliberativo, com a finalidade de propor, avaliar e validar políticas, planos, programas e projetos para o desenvolvimento sustentável de Joaçaba.

Art. 55. O conselho da cidade será constituído por no mínimo quinze membros e será presidido por um dos membros.

§ 1º Os conselheiros serão indicados de forma paritária entre os membros do executivo, poder público, sociedade civil organizada, e entidades profissionais, igualmente, nomeados por decreto do executivo.

§ 2º Os conselheiros suplentes serão escolhidos no mesmo processo que os conselheiros titulares.

Art. 56. Os representantes da sociedade civil organizada que comporão o conselho da cidade serão indicados pelos respectivos setores nas conferências municipais da cidade.

Parágrafo único. Poderão ser constituídas câmaras setoriais, internamente ao conselho da cidade, definidas em regimento interno e com objetivo precípuo de assessorar nas decisões do conselho.

Art. 57. As atribuições do conselho da cidade são:

- I - monitorar, fiscalizar e avaliar a implementação deste plano diretor de desenvolvimento sustentável;
- II - monitorar, fiscalizar e avaliar a implementação dos instrumentos de política urbana previstos neste plano diretor de desenvolvimento sustentável;
- III - participar na elaboração e/ou alteração de legislações decorrentes deste plano diretor de desenvolvimento sustentável e outras que dispõem sobre assuntos relacionados com o planejamento e gestão territorial;
- IV – deliberar sobre a utilização dos recursos do fundo municipal de desenvolvimento urbano;
- V - deliberar e emitir pareceres sobre proposta de alteração deste plano diretor de desenvolvimento sustentável;
- VI - deliberar sobre projetos de lei de interesse da política territorial, antes de seu encaminhamento à câmara municipal;
- VII - receber, de setores da sociedade, matérias de interesse coletivo relacionadas com o planejamento e gestão territorial e encaminhar para discussões;

VIII - zelar pela integração das políticas setoriais;

IX - deliberar sobre as omissões e contradições da legislação que incidem no planejamento e gestão territorial do município;

X - convocar, organizar e coordenar as conferências municipais da cidade;

XI - emitir pareceres sobre os instrumentos urbanísticos previstos no plano diretor de desenvolvimento sustentável;

XII - convocar audiências públicas quando achar necessário discutir temas relacionados com o planejamento e gestão territorial;

XIII - propor termos de ajustamento de conduta, quando necessário;

XIV - tratar de assuntos federativos pertinentes à política territorial e propor formas de acordo ao poder executivo nos casos de conflitos de interesse;

XV - elaborar e aprovar seu regimento interno, que deve prever suas responsabilidades, organização e atribuições dos comitês técnicos de assessoramento;

XVI - requerer ao Poder Público a elaboração de estudos sobre questões urbanísticas e ambientais que entender relevantes;

XVII - propor, discutir, promover debates e deliberar sobre projetos de empreendimentos de grande impacto ambiental ou de vizinhança, sejam estes públicos, privados ou de parcerias público-privadas, submetendo-os à consulta popular, na forma prevista nesta lei;

XVIII - emitir parecer sobre a criação, extinção ou modificação de normas oriundas do poder público que versem sobre planejamento urbano;

XIX - promover o acompanhamento de políticas setoriais integradas que tenham relação com o desenvolvimento urbano, bem como indicar medidas compensatórias, mitigadoras e alterações que entender necessárias, sem prejuízo das demais aprovações previstas na legislação;

XX - definir as situações em que deverão ser aplicados os institutos do plebiscito, referendo ou audiência pública a que se refere a presente lei;

XXI - aprovar os planos de aplicação dos recursos da outorga onerosa do direito de construir, destinando-os para o desenvolvimento territorial, com prioridade para a política habitacional de interesse social e para a implantação de infraestrutura urbana de melhoria ambiental de assentamentos;

XXII - propor e opinar sobre a atualização, complementação, ajustes e alterações deste plano diretor de desenvolvimento sustentável;

XXIII - apreciar e deliberar acerca das ações propostas pelo poder público para a operacionalização dos instrumentos previstos neste plano diretor de desenvolvimento sustentável;

XXIV - definir as atribuições do presidente e demais integrantes;

XXV - dispor sobre a sua estrutura, a composição do seu plenário e a designação dos membros e suplentes do Conselho e dos seus comitês técnicos;

XXVI - assessorar o poder executivo municipal na elaboração da política habitacional do MUNICÍPIO;

XXVII - analisar e aprovar projetos e empreendimentos privados voltados à habitação de mercado popular, desde que estejam de acordo com a política habitacional do município.

§ 1º O conselho da cidade de Joaçaba integrará a estrutura administrativa do poder executivo municipal, não estando a esta, subordinado no exercício de suas funções.

§ 2º A integração do conselho à estrutura administrativa municipal se dará tendo em vista unicamente a necessidade de suporte administrativo, operacional e financeiro para seu pleno funcionamento.

§ 3º O da cidade de Joaçaba será composto por um presidente, pelo plenário e um secretário, cujas atribuições serão definidas no regimento a que se refere o inciso XV deste artigo.

§ 4º O poder executivo deve fornecer informações, divulgar documentos oficiais e garantir suporte técnico, infraestrutura e recursos necessários ao pleno funcionamento do conselho da cidade.

Art. 58. O executivo municipal submeterá, anualmente, ao conselho da cidade, relatório de avaliação da política de desenvolvimento territorial e as atividades previstas para o ano seguinte.

Parágrafo único. Após a análise efetuada pelo conselho da cidade, o poder executivo dará publicidade ao relatório de avaliação referido no caput deste artigo e o enviará à câmara municipal.

Seção II Do Fundo Municipal De Desenvolvimento Urbano

Art. 59. Fica criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FMDU), o qual deverá ser formado por recursos provenientes de:

I - recursos próprios do município;

II – transferências intergovernamentais;

III - contribuições ou doações de entidades nacionais ou internacionais;

IV - contribuições ou doações de pessoas físicas ou jurídicas;

V - empréstimos ou operações de financiamento, internos ou externos;

VI - acordos, contratos, consórcios e convênios;

VII - receitas da utilização de bens públicos, edificações, solo, subsolo;

VIII – operações urbanas consorciadas;

IX - valores incluídos nas medidas mitigadoras determinadas por termos de ajustamento ou pelos estudos de impacto de vizinhança;

X - contribuição de melhoria decorrente de obras públicas realizadas com base no plano diretor de desenvolvimento sustentável;

XI - percentual da arrecadação de multas oriundas de infrações edilícias e urbanísticas, a ser definido pelo

conselho da cidade;

XII - receitas oriundas da outorga onerosa;

XIII - receitas oriundas de operações urbanas consorciadas;

XIV - receitas oriundas da transferência do direito de construir;

XV - rendas da aplicação financeira dos seus recursos próprios;

XVI - outras receitas que lhe sejam destinadas por lei;

XVII - outras receitas, sejam eventuais, sejam advindas da aplicação dos instrumentos de política urbana previstos nesta lei complementar.

Art. 60. Os recursos do FMDU deverão ser aplicados na consecução das finalidades previstas neste plano diretor de desenvolvimento sustentável, especialmente na execução de obras de infraestrutura urbana.

Art. 61. O FMDU, terá suas atribuições e fiscalizações, instituídas por lei específica.

Seção III

Da Conferência Municipal De Política Urbana

Art. 62. A conferência municipal de política urbana é instância máxima deliberativa do sistema de gestão da política urbana, constituindo espaço público privilegiado para estabelecer parcerias, dirimir conflitos coletivos e legitimar as ações e medidas referentes à política urbana, devendo ser realizada bianualmente.

Art. 63. São objetivos da conferência municipal de política urbana:

I - assegurar um processo amplo e democrático de participação da sociedade na elaboração e avaliação de uma política pública para o município;

II - mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, a avaliação e a formulação das diretrizes e instrumentos de gestão das políticas públicas no município;

III - sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implementação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos;

IV - integrar conselhos setoriais entre si e com o orçamento participativo;

V- avaliar a atividade do conselho da cidade, visando estabelecer diretrizes para aperfeiçoar seu funcionamento;

VI – avaliar e definir a agenda do município, contendo um plano de ação com as metas e prioridades do governo e da sociedade para com a gestão urbana.

Art. 64. A conferência municipal de política urbana terá regimento próprio, a ser elaborado pelo conselho da cidade, sendo por este revisado sempre que necessário.

§ 1º O regimento a que se refere o caput deste artigo será nulo de pleno direito caso não observar os critérios de participação democrática estabelecidos pelo Estatuto da Cidade e pela resolução nº 25 do

Conselho das Cidades - CONCIDADES.

§ 2º No regimento da conferência municipal de política urbana deverá estar previsto, no mínimo:

- a) as competências e matérias de deliberação;
- b) os critérios e procedimentos para escolha dos delegados;
- c) a forma de organização e funcionamento da conferência;
- d) a previsão de um colegiado responsável pela organização da conferência.

Seção IV **Das Audiências Públicas**

Art. 65. As audiências públicas configuram direito do cidadão e da comunidade, estando previstas nos termos do inciso I, § 4º, artigo 40 do Estatuto da Cidade, associado ao direito constitucional ao planejamento participativo, e têm por objetivos:

- I - a cooperação entre diversos atores sociais poder executivo e o poder legislativo de Joaçaba;
- II - promover debates sobre temas de interesse da cidade com a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;
- III - garantir o direito político de participação do cidadão, individualmente considerado;
- IV - possibilitar a participação de diversos setores da sociedade, em especial:
 - a) organizações e movimentos populares;
 - b) associações representativas dos vários segmentos das comunidades;
 - c) associações de classe;
 - d) fóruns e redes formadas por cidadãos, movimentos sociais e organizações não-governamentais.

Art. 66. As Audiências Públicas são obrigatórias na esfera do poder público municipal, devendo ser realizadas por este, tanto no processo de elaboração do plano diretor de desenvolvimento sustentável como no processo de sua implementação.

Parágrafo único. A falta da realização de audiências públicas pelo poder público no processo de elaboração do plano diretor de desenvolvimento sustentável configurará desrespeito ao preceito constitucional da participação popular, passível de declaração de inconstitucionalidade por omissão do plano diretor.

Art. 67. As audiências públicas deverão ser convocadas e divulgadas com antecedência mínima de quinze dias, buscando a ampla participação dos envolvidos no tema a ser discutido.

Parágrafo único. Fica instituído, como principal meio para divulgação das audiências públicas, sem prejuízo da utilização de meios auxiliares e secundários, a publicação de edital de convocação no diário oficial dos municípios bem como nas redes sociais e oficiais do município.

Art. 68. As audiências públicas deverão sempre procurar extrair a posição das diferentes partes envolvidas no tema a ser decidido, que devem ter igualdade de espaço para expressar sua opinião.

Seção V

Do Plebiscito e do Referendo

Art. 69. O plebiscito e o referendo previstos nos termos do inciso III, e seguintes, artigo 4º do Estatuto da Cidade, bem como no artigo 6º da lei nº 9709, de 18 de novembro de 1998, são adotados como instrumentos de planejamento municipal, constituindo-se enquanto mecanismos que permitem:

I - a democratização popular;

II - a participação direta dos cidadãos, de forma a proferir decisões relacionadas à política institucional que afete os interesses da sociedade.

Art. 70. O plebiscito terá por finalidade consultar a comunidade do município de Joaçaba sobre assuntos de seu interesse, em especial os que versem sobre a concessão de licenças para projetos urbanísticos ou empreendimentos imobiliários de grande impacto ambiental ou de impacto na vizinhança.

Art. 71. O referendo tem base no princípio constitucional da soberania popular, tendo o objetivo de ratificar ou regular atos relacionados a matérias urbanísticas que já foram inicialmente decididos pelo poder público, especialmente:

I - projetos de lei, visando confirmar ou rejeitar normas já aprovadas pelo Poder Legislativo;

II - decisões administrativas sobre operações urbanas;

III - implantação de aterros sanitários e de usinas de compostagem de lixo;

IV - alterações de grande impacto na malha viária do município.

Seção VI

Dos Projetos De Iniciativa Popular

Art. 72. Fica assegurado aos cidadãos o direito de apresentar diretamente ao poder legislativo municipal, por meio da iniciativa popular, propostas de lei, programas, planos e projetos de interesse do município, através da manifestação de, no mínimo, cinco por cento do eleitorado do município, distribuído por pelo menos dois de seus distritos ou bairros.

§ 1º Nos casos de projetos de iniciativa popular de abrangência local, é necessária apenas a manifestação do mínimo de cinco por cento do eleitorado da área afetada pelo projeto.

§ 2º Os projetos de lei de iniciativa popular serão submetidos à tramitação regimental, garantida a defesa em Plenário da proposição por um representante dos interessados.

Seção VII

Da Gestão Orçamentária Participativa

Art. 73. No âmbito do município de Joaçaba, será aplicada a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III, artigo 4º do Estatuto da Cidade, tendo por objetivos:

I - propiciar condições para que os cidadãos exerçam o direito de fiscalização e controle das finanças públicas;

II - possibilitar o direito à participação na elaboração e execução dos orçamentos públicos, o que significa direito à obtenção das informações sobre as finanças públicas, bem como à participação nas definições das prioridades de utilização dos recursos e na execução das políticas públicas.

Art. 74. A realização de consultas, audiências e debates públicos é condição obrigatória para a aprovação do orçamento municipal, cabendo ao município dispor, em ato administrativo oriundo do poder público, os mecanismos garantidores da ampla e irrestrita participação popular.

Parágrafo único. A não realização de audiências e consultas públicas no processo de aprovação da lei do orçamento municipal resultará na nulidade da norma orçamentária.

CAPÍTULO VII DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

Art. 75. O Sistema de informações municipais consiste no conjunto integrado de informações relevantes à gestão e ao planejamento do município, cujas finalidades são:

I - monitorar os resultados deste plano diretor de desenvolvimento sustentável e dos demais planos, programas e projetos a serem propostos pelo poder público;

II - permitir a avaliação dos principais aspectos relacionados à qualidade de vida do município;

III - subsidiar a elaboração de novos planos, programas e projetos por parte do poder público e da iniciativa popular;

IV - subsidiar as decisões tomadas pelo conselho da cidade;

V - dar suporte às atividades administrativas e gerenciais do poder público;

VI - orientar as prioridades de investimentos.

§ 1º O sistema a que se refere este artigo deve atender a critérios de simplificação, economicidade, eficácia, clareza, precisão e segurança, evitando-se a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos.

§ 2º Será assegurada ampla e periódica divulgação dos dados do Sistema de Informações municipais, por meio de publicação anual no diário oficial dos municípios, além da utilização dos demais meios de comunicação.

Art. 76. O executivo manterá permanentemente atualizado o sistema de informações municipais, que deverá conter, no mínimo, informações:

I - socioeconômicas;

II - financeiras;

III - patrimoniais;

IV - administrativas;

V - de uso e ocupação do solo;

VI - sobre a infraestrutura;

VII - sobre os espaços públicos;

VIII - sobre os equipamentos comunitários;

IX - sobre o sistema viário;

X - sobre o transporte coletivo;

XI - sobre o meio-ambiente;

XII - sobre o patrimônio cultural;

XIII - imobiliárias.

§ 1º Informações não previstas nos incisos acima que sejam consideradas de relevante interesse para o município devem ser inseridas no sistema de informações municipais.

§ 2º O Sistema de Informações municipais adotará a divisão administrativa em bairros ou aquela que a suceder, em caso de modificação, como unidade territorial básica, adequando-a sempre que possível aos setores censitários.

§ 3º O Sistema de Informações Municipais inicialmente será composto por cadastro único, multifinalitário, e planta genérica de valores, em meio digital, voltados para fins de planejamento, gestão e arrecadação.

§ 4º O cadastro único reunirá informações de interesse para a gestão municipal, inclusive sobre planos, programas e projetos.

§ 5º O Sistema de Informações municipais deverá ser acrescido paulatinamente de outros instrumentos voltados ao planejamento e arrecadação segundo demandas do sistema de gestão da política urbana.

Art. 77. Os agentes públicos e privados, em especial os concessionários de serviços públicos que desenvolvam atividades no município deverão fornecer ao executivo municipal, no prazo que este fixar, todos os dados e informações que forem considerados necessários ao sistema de informações municipais.

Parágrafo único. O disposto neste artigo também se aplica também às pessoas jurídicas ou autorizadas de serviços públicos federais ou estaduais, mesmo quando submetidas ao regime de direito privado.

Art. 78. O poder público municipal dará ampla publicidade a todos os documentos e informações produzidos no processo de elaboração, revisão, aperfeiçoamento e implementação deste plano diretor de desenvolvimento sustentável, de planos, programas e projetos setoriais, regionais, locais e específicos, bem como no controle e fiscalização de sua implementação, a fim de assegurar o conhecimento dos respectivos conteúdos à população, devendo ainda disponibilizá-las a qualquer município que requisitá-la por petição simples.

Art. 79. É assegurado, a qualquer interessado, o direito à ampla informação sobre os conteúdos de

documentos, informações, estudos, planos, programas, projetos, processos e atos administrativos e contratos, ressalvadas as situações em que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Parágrafo único. O poder público municipal deverá assegurar a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos e o acesso de qualquer pessoa interessada a esses documentos e informações.

CAPÍTULO VIII DA QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES

Art. 80. A qualificação dos servidores visa valorizar, motivar e promover a qualificação profissional dos servidores públicos.

Art. 81. O programa de qualificação dos servidores inclui capacitação dos servidores públicos nas atividades relacionadas à gestão, planejamento, monitoramento e implementação do plano diretor de desenvolvimento sustentável e uso e ocupação do solo.

Art. 82. São objetivos do programa de qualificação dos servidores:

I - assegurar a qualificação profissional de seus servidores públicos, mantendo, periodicamente, programas e cursos internos de aperfeiçoamento e aprimoramento;

II - preparar os servidores públicos para o exercício das atribuições dos cargos correspondentes, transmitindo-lhes os conhecimentos teóricos e práticos pertinentes, métodos, técnicas e regulamentos adequados, em grau compatível com as necessidades básicas de eficiência, dedicação e correção no desempenho das respectivas atribuições e responsabilidades.

Art. 83. A qualificação profissional será planejada, organizada, executada e aplicada pela Administração, ou outros órgãos públicos ou entidades por ela credenciada, realizando-se de forma integrada às categorias e carreiras funcionais.

Art. 84. A Administração, mediante regulamentação própria, fixará os meios, critérios, condições e demais elementos e pressupostos pertinentes aos programas de qualificação profissional.

TÍTULO III DO ZONEAMENTO

CAPÍTULO ÚNICO DO ZONEAMENTO

Art. 85. A estruturação espacial do município constitui-se na divisão do território em Macrozonas, estabelecendo o uso e ocupação do solo no município, tendo como referência as características do ambiente natural e construído.

§ 1º As macrozonas são unidades territoriais contínuas que fixam os princípios fundamentais de uso e ocupação do solo, em concordância com as estratégias da política territorial, definindo uma visão de conjunto que integra todo o município.

§ 2º As zonas são subdivisões homogêneas das macrozonas em unidades territoriais que servem como

referencial mais detalhado para a definição dos parâmetros de uso e ocupação do solo, definindo as áreas de interesse de uso onde pretende incentivar, coibir ou qualificar a ocupação.

Seção Única **Das Macrozonas**

Art. 86. O território do município de Joaçaba fica dividido entre as macrozonas rural e urbana, a serem subdivididas pela lei de uso e ocupação do solo, conforme suas áreas consolidadas e usos da região.

Parágrafo único. As indicações de usos potenciais para as macrozonas urbana e rural, bem como as limitações e parâmetros, estão definidas na lei do uso e ocupação do solo.

Art. 87. A macrozona rural compreende as áreas localizadas fora do perímetro urbano, caracterizadas pela baixa densidade populacional e ocupação dispersa, destinadas aos usos agrícola, pecuário e demais usos compatíveis.

Art. 88. Constituem objetivos para as macrozonas rurais:

I - garantir o uso racional dos recursos do solo e dos recursos hídricos;

II - garantir a proteção dos mananciais;

III - garantir a preservação ambiental e o uso cuidadoso dos recursos naturais;

IV - recuperar as áreas ambientalmente degradadas;

V - promover o desenvolvimento econômico sustentável;

VI - qualificar os núcleos urbanos incentivando o desenvolvimento das atividades comerciais e de prestação de serviços;

VII - manutenção e incentivo das atividades agrossilvipastoris, de extração mineral e de turismo, de forma sustentável;

VIII - ordenamento e monitoramento do uso e ocupação do solo rural, de acordo com a aptidão do solo;

IX - permissão do uso industrial, desde que mantidos a baixa densidade ocupacional, e o respeito ao módulo rural.

Art. 89. O mapa de macrozoneamento rural, está inserido no anexo I desta lei.

Art. 90. A macrozona urbana é aquela que apresenta condições para um maior adensamento populacional no município, por possuir melhores condições de infraestrutura, serviços básicos de saúde, educação, lazer e cultura, acessibilidade e transporte.

Art. 91. A macrozona urbana caracteriza-se por:

I - densidade populacional média com potencial para adensamento;

II - uso predominante misto;

III - concentração dos equipamentos urbanos públicos do município;

IV - infraestrutura consolidada;

V - sistema viário com problema de saturação;

VI - atividades econômicas centrais intensas complementadas ao longo das principais vias do sistema viário.

Art. 92. São objetivos da macrozona urbana, além dos previstos na lei de uso e ocupação do solo:

I - ordenar e controlar o adensamento construtivo;

II - minimizar as disfunções do sistema viário;

III - rever e implantar novos usos e atividades, inclusive o de interesse social;

IV - incrementar a capacidade de infraestrutura de saneamento;

V - reorganizar os usos e atividades a fim de evitar conflitos;

VI - incentivar a densificação dos centros de bairros.

Art. 93. O mapa de macrozoneamento urbano, está inserido no anexo I desta lei.

TÍTULO IV DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

CAPÍTULO I DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 94. Lei específica de iniciativa do poder executivo municipal poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, seja pessoa de direito público ou privado, a exercer seu direito de construir em outro local passível de receber o potencial construtivo, nos termos deste plano diretor de desenvolvimento sustentável, ou aliená-lo, mediante escritura pública, parcial ou totalmente, para fins de:

I - implantação de equipamentos públicos urbanos e comunitários;

II - preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;

III - utilização em programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.

§ 1º A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao Município seu imóvel, ou parte dele, para os fins previstos neste artigo.

§ 2º A lei específica referida no caput deste artigo estabelecerá as condições relativas à aplicação da transferência do direito de construir, especificando a forma de cálculo do potencial construtivo a ser transferida ao imóvel receptor.

§ 3º Lei específica referida no caput deste artigo poderá determinar novas áreas para receber a

transferência do potencial construtivo, desde que atenda as finalidades descritas nos incisos I a III do caput deste artigo.

Art. 95. As áreas passíveis de aplicação do instituto da transferência do direito de construir estão definidas na lei de uso e ocupação do solo.

Art. 96. Os imóveis poderão transferir apenas a diferença entre o direito de construir utilizado e o direito de construir expresso pelo coeficiente de aproveitamento básico.

Art. 97. São passíveis de receber o potencial construtivo transferido de outros imóveis os lotes em que o respectivo coeficiente básico de aproveitamento possa ser ultrapassado.

Parágrafo único. O potencial construtivo do imóvel receptor não poderá ultrapassar aquele definido pelo coeficiente de aproveitamento máximo do lote para a unidade territorial em que o mesmo está inserido, respeitando-se os estoques de direito de construir adicional estabelecido para a respectiva zona, na presente Lei.

CAPÍTULO II DIREITO DE PREEMPÇÃO

Art. 98. O direito de preempção confere ao poder público municipal a preferência para a aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, no caso deste necessitar de áreas para realização de programas e projetos municipais conforme disposto no Estatuto da Cidade.

§ 1º O município terá preferência para aquisição dos imóveis colocados à venda, quando identificados para tal, pelo prazo de cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.

§ 2º O direito de preempção fica assegurado durante o prazo de vigência fixado na forma do parágrafo anterior independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel.

Art. 99. O conselho da cidade, em conjunto com o órgão municipal competente, por meio de lei municipal específica, com base nas diretrizes do plano diretor de desenvolvimento sustentável, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção, definindo procedimentos e fixando prazos de vigência, que não poderão exceder a cinco anos, renováveis por igual período.

Parágrafo único. Consideram-se como áreas prioritárias para aplicação desse instrumento, em lei específica, as necessárias para composição dos parques propostos, para a implantação de equipamentos públicos e para o reassentamento das unidades de ocupação irregular, existentes em áreas de risco.

Art. 100. O direito de preempção poderá ser estendido para outras áreas, mediante leis específicas, sempre que o município necessitar de áreas para:

I - regularização fundiária;

II - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;

III - constituição de reserva fundiária;

IV - ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

V - implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

VI - criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;

VII - criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

VIII - proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico;

IX - ampliação de cemitérios municipais.

Art. 101. Os imóveis colocados à venda nas áreas de incidência do direito de preempção deverão ser necessariamente oferecidos ao município, que terá preferência para aquisição, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel no prazo de vigência do instrumento.

Art. 102. O município deverá notificar o proprietário dos imóveis localizados nas áreas onde incide o Direito de Preempção no prazo de um ano a partir da vigência desta lei.

Art. 103. O proprietário que desejar alienar o seu imóvel deverá notificar sua intenção para o município, que deverá manifestar por escrito seu interesse em comprá-lo no prazo máximo de trinta dias.

§ 1º A notificação ao município deve ser apresentada com os seguintes documentos:

I - proposta de compra apresentada por terceiro interessado na aquisição do imóvel, da qual constará preço, condições de pagamento e prazo de validade, quando houver;

II - endereço do proprietário do imóvel para recebimento de notificação e outras comunicações do município;

III - certidão de inteiro teor da matrícula do imóvel, expedida pelo cartório de registro de imóveis da circunscrição imobiliária competente;

IV - declaração assinada pelo proprietário, sob as penas da lei, de que não incidem quaisquer encargos e ônus sobre o imóvel, inclusive os de natureza real, tributária ou executória.

§ 2º Transcorrido o prazo mencionado no caput sem manifestação do município, fica o proprietário autorizado a realizar a venda do imóvel para terceiros, nas condições da proposta apresentada.

Art. 104. Concretizada a venda a terceiro, o proprietário fica obrigado a apresentar ao município, no prazo de trinta dias, cópia do instrumento público de alienação do imóvel.

Art. 105. A venda do imóvel a terceiro, por preço menor ao da proposta apresentada ao município, ou em outras condições mais vantajosas para o adquirente, é nula de pleno direito.

Parágrafo único. Na situação descrita no caput, o município poderá adquirir o imóvel pelo valor da base de cálculo do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU ou pelo valor indicado na proposta apresentada pelo proprietário, se este for inferior àquele.

Art. 106. Lei específica municipal regulará a aplicação do instituto do direito de preferência, observando as disposições expressas neste Plano Diretor e prevendo, no mínimo:

I - delimitação das áreas nas quais será exercido o direito de preferência;

II - enquadramento de cada área em que incidirá o direito de preferência em uma ou mais das finalidades enumeradas no artigo 100;

III - prazo de vigência do instrumento, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência;

IV - multas a serem aplicadas nos casos de descumprimento da lei específica;

V - procedimentos para entrega da intenção de venda por parte do proprietário.

CAPÍTULO III DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. 107. Entende-se como outorga onerosa do direito de construir a faculdade concedida ao proprietário de imóvel, para que este, mediante contrapartida ao poder público municipal, possa construir acima do coeficiente de aproveitamento básico até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo permitido para a zona e dentro dos parâmetros determinados na lei de uso e ocupação do solo.

§ 1º O direito de construir adicional será exercido até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo.

§ 2º Para os fins desta lei considera-se:

- a) coeficiente de aproveitamento o índice obtido através da divisão da área edificável pela área do lote;
- b) coeficiente de aproveitamento básico o limite de aproveitamento do lote abaixo do qual não há obrigatoriedade de contrapartida financeira;
- c) coeficiente de aproveitamento máximo o limite máximo de aproveitamento do lote.

§ 3º Os coeficientes de aproveitamento básico e máximo estão definidos na lei de uso e ocupação.

Art. 108. O poder executivo municipal poderá outorgar onerosamente o exercício do direito de construir, para fins de edificação em áreas delimitadas, conforme disposto no Estatuto da Cidade, e de acordo com os critérios e procedimentos definidos neste plano diretor de desenvolvimento sustentável.

Art. 109. São objetivos básicos da outorga onerosa do direito de construir:

I - a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

II - propiciar uma contrapartida à sociedade pelo incremento na utilização da infraestrutura causado pelo adensamento construtivo;

III - a geração de recursos para o atendimento da demanda de equipamentos urbanos e de serviços provocada pelo adensamento construtivo;

IV - a geração de recursos para o incremento de políticas habitacionais.

Parágrafo único. Nas unidades territoriais citadas nos incisos deste artigo, somente será admitida a construção até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento básico para a zona em que se situe.

Art. 110. O direito de construir adicional passível de ser obtido mediante outorga onerosa será limitado, nos lotes, pelo coeficiente de aproveitamento máximo para as respectivas zonas, definido na lei de uso e ocupação do solo.

Art. 111. A outorga onerosa do direito de construir poderá ser aplicada na regularização de edificações, desde que obedecidas as exigências quanto ao coeficiente de aproveitamento máximo.

Art. 112. As condições a serem observadas para a outorga onerosa do direito de construir, determinando a forma de cálculo para a cobrança, os casos de isenção do pagamento e a contrapartida do beneficiário, bem como a taxa relativa a serviços administrativos, serão estabelecidos por lei específica, que seguirá as diretrizes contidas neste plano diretor de desenvolvimento sustentável.

§ 1º O instrumento referido no caput desse artigo poderá ser utilizado nas zonas previstas na lei de uso e ocupação do solo, bem como regulamentado por norma específica.

§ 2º O produto do aumento do potencial construtivo deverá ser obrigatoriamente aplicado no fomento de programas de melhoria urbana, constituição de espaços de recreação e lazer e de programas de preservação e/ou conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural.

§ 3º Terão direito a receber o direito de construir outorgado os mesmos imóveis que poderão receber o direito de construir resultante da transferência de potencial construtivo, nas vias especificadas na lei de uso e ocupação do solo.

Art. 113. A contrapartida financeira correspondente à outorga onerosa de potencial construtivo adicional, será calculada conforme definição em legislação específica.

CAPÍTULO IV DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Art. 114. Operações urbanas consorciadas são o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo município com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental, ampliação dos espaços públicos e melhorias na infraestrutura e no sistema viário, num determinado perímetro contínuo ou descontínuo.

Art. 115. As operações urbanas consorciadas têm como finalidades:

- I - implantação de programas de habitação de interesse social;
- II - valorização e criação de patrimônio ambiental, histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico;
- III - ampliação e melhoria da rede estrutural de transporte público coletivo;
- IV - implantação de espaços públicos;
- V - melhoria e ampliação da infraestrutura e da rede viária estrutural;
- VI - implantação de equipamentos estratégicos para o desenvolvimento urbano.

Art. 116. Cada operação urbana consorciada será criada por lei específica que, em conformidade com o Estatuto da Cidade, e de acordo com os critérios e procedimentos definidos neste plano diretor de desenvolvimento sustentável conterà, no mínimo:

- I - delimitação do perímetro da área de abrangência;
- II - finalidade da operação;

III - comprovação da conformidade da operação com os objetivos e princípios deste plano diretor de desenvolvimento sustentável;

IV - programa básico de ocupação da área e intervenções previstas;

V - estudo de impacto ambiental e estudo de impacto de vizinhança;

VI - programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;

VII - solução habitacional dentro de seu perímetro ou vizinhança próxima, no caso da necessidade de remover os moradores de favelas e cortiços;

VIII - garantia de preservação dos imóveis e espaços urbanos de especial valor cultural e ambiental, protegidos por tombamento ou lei;

IX - contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função dos benefícios recebidos;

X - forma de controle e monitoramento da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação dos moradores, usuários permanentes e investidores privados;

XI - conta ou fundo específico que deverá receber os recursos de contrapartidas financeiras decorrentes dos benefícios urbanísticos concedidos.

§ 1º Todas as operações urbanas deverão ser previamente aprovadas pelo conselho da cidade.

§ 2º Os recursos obtidos pelo Poder Público na forma do inciso IX deste artigo serão aplicados exclusivamente no programa básico de ocupação da área e intervenções previstas, definido na lei de criação da operação urbana consorciada.

Art. 117. A outorga onerosa do direito de construir das áreas compreendidas no interior dos perímetros das operações urbanas consorciadas rege-se-á, exclusivamente, pelas disposições de suas leis específicas, respeitados os coeficientes de aproveitamento máximo estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. Os imóveis localizados no interior dos perímetros das operações urbanas consorciadas não são passíveis de receber o potencial construtivo transferido de imóveis não inseridos no seu perímetro.

Art. 118. O estoque de potencial construtivo adicional a ser definido para as áreas de operação urbana deverá ter seus critérios e limites definidos na lei municipal específica que criar e regulamentar a operação urbana consorciada, respeitando o coeficiente de aproveitamento máximo previsto nesta Lei.

CAPÍTULO V

DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS

Art. 119. A Utilização Compulsória é um instrumento com o qual a municipalidade poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória do solo urbano não edificado, subutilizado, não utilizado ou abandonado, fixando as condições e o prazo, que deverá ser de no mínimo cinco anos, para implementação da referida obrigação.

Art. 120. A Utilização Compulsória será definida por legislação complementar, que determinará os imóveis

que se aplicam, formas de intervenção, notificação e demais instrumentos necessários para aplicação.

Art. 121. A lei de uso e ocupação do solo especificará as áreas de parcelamento, edificação ou utilização compulsória, podendo a qualquer momento sob justificava a municipalidade indicar novas áreas.

CAPÍTULO VI

DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO E DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS

Art. 122. Em caso de descumprimento das etapas e dos prazos estabelecidos nesta lei para o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, o município aplicará alíquotas progressivas do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, majoradas anualmente, pelo prazo de cinco anos consecutivos até que o proprietário cumpra com a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme aplicável a cada caso.

§ 1º Lei específica, baseada no §1º do artigo 7º, do Estatuto da Cidade, estabelecerá a gradação anual das alíquotas progressivas e a aplicação deste instituto, sendo que esta não poderá exceder em duas vezes a do ano anterior, até o limite máximo de 15% (quinze por cento) do valor venal do imóvel.

§ 2º Caso a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar não esteja atendida no prazo de cinco anos referido no caput do presente artigo, o poder público manterá a cobrança até que se cumpra a referida obrigação.

§ 3º É vedada a concessão de isenções ou de anistias relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.

Art. 123. Decorridos os cinco anos de cobrança do IPTU progressivo no tempo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação e utilização, o município poderá proceder com a desapropriação do imóvel mediante pagamento em títulos da dívida pública.

§ 1º Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de 6% (seis por cento) ao ano.

§ 2º O valor real da indenização:

- a) refletirá o valor da base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado em função de obras realizadas pelo Poder Público na área onde o mesmo se localiza após a notificação prevista nesta lei;
- b) não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

§ 3º Os títulos de que trata este artigo não terão poder liberatório para pagamento de tributos.

§ 4º O município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de cinco anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.

§ 5º O aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observando-se, nestes casos, o devido procedimento licitatório.

§ 6º Ficam mantidas para o adquirente de imóvel nos termos do §5º as mesmas obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas nesta lei.

CAPÍTULO VII

DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO

Art. 124. O poder público municipal poderá receber, por transferência, imóveis para fins de urbanização em áreas que tenham carência de infraestrutura e serviços urbanos, e que contenham imóveis subutilizados e não utilizados, de forma a garantir o seu melhor aproveitamento.

§ 1º O consórcio imobiliário tem o objetivo viabilizar a utilização do imóvel transferido, de forma a atender aos objetivos da política urbana e viabilizar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º O proprietário que transferir seu imóvel para o município, nos termos deste artigo, receberá como pagamento, após a realização das obras pelo município, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

§ 3º O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será equivalente ao valor do imóvel antes da execução das obras, observando a avaliação prévia a ser efetuada pelo município, quando do estabelecimento do consórcio.

§ 4º O valor real desta indenização deverá:

- a) refletir o valor da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano, descontado o montante incorporado em função das obras realizadas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público, na área onde o mesmo se localiza;
- b) excluir do seu cálculo expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

§ 5º O disposto neste artigo aplica-se tanto aos imóveis sujeitos à obrigação legal de parcelar, edificar ou utilizar, quanto àqueles necessários à realização de intervenções urbanísticas previstas neste plano diretor de desenvolvimento sustentável.

Art. 125. A transferência do imóvel deverá ser feita por escritura pública, devidamente registrada no cartório de registro de imóveis.

§ 1º O consórcio imobiliário poderá ser realizado entre instituições públicas de diferentes entes da federação para aproveitamento de terras públicas localizadas nas macrozonas urbana e rural.

§ 2º O município poderá facultar ao proprietário de área atingida pela obrigação de parcelamento ou utilização compulsória, a requerimento deste, o estabelecimento de consórcio imobiliário como forma de viabilização financeira do aproveitamento obrigatório do imóvel.

Art. 126. O consórcio imobiliário poderá ser exercido sempre que o município necessitar de áreas para:

- I - regularização fundiária;
- II - preservação do patrimônio cultural;
- III - execução de programas habitacionais de interesse social;
- IV - ordenamento e direcionamento de vetores de promoção econômica.

Parágrafo único. O instrumento do consórcio imobiliário objetiva:

- I - realizar obras de urbanização, como abertura de vias públicas, pavimentação, rede de água e esgoto e iluminação pública;

II - realizar planos de edificação.

Art. 127. O instrumento do consórcio imobiliário objetiva:

I - realizar obras de urbanização, como abertura de vias públicas, pavimentação, rede de água e esgoto e iluminação pública;

II - realizar planos de edificação.

CAPÍTULO VIII DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

Art. 128. O proprietário poderá conceder a outrem o direito de superfície de seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.

§ 1º O direito de superfície abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.

§ 2º A concessão do direito de superfície poderá ser gratuita ou onerosa.

§ 3º O superficiário responderá integralmente pelos encargos e tributos que incidirem sobre a propriedade superficiária, arcando, ainda, proporcionalmente à sua parcela de ocupação efetiva, com os encargos e tributos sobre a área objeto da concessão do direito de superfície, salvo disposição em contrário do contrato respectivo.

§ 4º O direito de superfície pode ser transferido a terceiros, obedecidos os termos do contrato respectivo.

§ 5º Por morte do superficiário, os seus direitos transmitem-se a seus herdeiros.

Art. 129. O direito de superfície poderá ser exercido em todo o território municipal.

§ 1º O poder público municipal poderá exercer o direito de superfície em áreas particulares onde haja carência de equipamentos públicos e comunitários.

§ 2º O poder público municipal poderá utilizar o direito de superfície em caráter transitório para remoção temporária de moradores de núcleos habitacionais de baixa renda, pelo tempo que durarem as obras de urbanização.

Art. 130. O poder público municipal poderá conceder, onerosamente, o direito de superfície do solo, subsolo ou espaço aéreo, nas áreas públicas integrantes do seu patrimônio, para exploração por parte das concessionárias de serviços públicos, mediante contratos especificamente fixados para tanto.

Art. 131. O proprietário de terreno poderá conceder à administração direta e indireta do município o direito de superfície, nos termos da legislação em vigor, objetivando a implementação de diretrizes constantes desta lei.

CAPÍTULO IX DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA E DO ESTUDO DE IMPACTO DE TRÂNSITO

Art. 132. Os empreendimentos que causam grande impacto urbano e ambiental, sem prejuízo do cumprimento dos demais dispositivos previstos na legislação urbanística, terão sua aprovação condicionada à elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), a ser apreciado pela municipalidade e pelo conselho da cidade.

§ 1º Os empreendimentos de impacto, públicos e privados, localizados na macrozona urbana, deverão apresentar a municipalidade o EIV, cabendo a mesma encaminhar este para parecer favorável ou desfavorável do conselho da cidade, e posterior emissão das licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento.

§ 2º A cobrança do estudo de impacto de vizinhança não prejudica a exigência de outros dispositivos de licenciamento requeridos pela legislação ambiental.

Art. 133. O EIV deverá contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento, devendo analisar no mínimo os requisitos previstos no artigo 37 do Estatuto da Cidade.

Art. 134. Os empreendimentos que se enquadram nos requisitos para emissão do Estudo de Impacto de Vizinhança serão apontados por porte e localização na lei de uso e ocupação do solo além de resolução própria que regulamentará as exigências.

Art. 135. Os empreendimentos de impacto são aqueles usos ou atividades que podem causar impacto, alteração ou ambos, no ambiente natural ou construído, bem como sobrecarga na capacidade de atendimento de infraestrutura, querem sejam construções públicas ou privadas, residenciais ou não residenciais.

Art. 136. São considerados de impacto os polos geradores de tráfego, de ruído e de risco, conforme previsão na lei de uso e ocupação do solo.

Parágrafo único. O EIV será avaliado pelo conselho da cidade, o qual definirá dentro de seu quadro uma comissão para tal ato, definido em regimento interno.

Art. 137. O EIV deverá ser elaborado por profissional com atribuição para tal e devidamente registrado no conselho de classe e contemplar os aspectos positivos e negativos do empreendimento sobre a qualidade de vida da população residente, ou usuária da área em questão e seu entorno, devendo incluir, no que couber, a análise e proposição de solução para as seguintes questões:

I - adensamento populacional;

II - uso e ocupação do solo;

III - valorização imobiliária;

IV - impactos nas áreas de interesse histórico, cultural, paisagístico e ambiental;

V - equipamentos urbanos, incluindo consumo de água e de energia elétrica, bem como geração de resíduos sólidos, líquidos e efluentes de drenagem de águas pluviais;

VI - equipamentos comunitários, como os de saúde e educação;

VII - sistema de circulação e transportes, incluindo, entre outros, tráfego gerado, acessibilidade, estacionamento, carga e descarga, embarque e desembarque;

VIII - poluição sonora, atmosférica e hídrica;

IX - ventilação e iluminação;

X - vibração;

XI - periculosidade;

XII - riscos ambientais;

XIII - impacto socioeconômico na população residente ou atuante no entorno.

Art. 138. O Estudo de Impacto de Trânsito - EIT deverá ser apresentado para análise do Conselho de Trânsito do Município de Joaçaba – COTRAN, e deverá conter:

I - volume de veículos gerado pelo estabelecimento, capacidade de estacionamento interno, e o capacidade de estacionamento em via pública nas imediações;

II - fluxo de carga e descarga de mercadorias, com a indicação do porte dos veículos utilizados para este fim, e a existência de local para esta realização;

III - fluxo de veículos que circulam na via em frente ao estabelecimento, com separação por horário e indicação de pico;

IV - tempo médio de permanência dos usuários no local;

V - o Estudo de Impacto de Trânsito - EIT deverá ser realizado por profissional habilitado e devidamente registrado no conselho de classe.

Parágrafo único. Em caso de impacto negativo deverá ser indicado no mesmo EIT medidas mitigadoras para minimizar o impacto negativo gerado.

Art. 139. O poder público municipal, para eliminar ou minimizar eventuais impactos negativos gerados pelo empreendimento, deverá solicitar, como condição para aprovação do projeto, alterações e complementações no mesmo, visando a execução de melhorias na infraestrutura urbana e nos equipamentos urbanos e comunitários, tais como:

I - ampliação das redes de infraestrutura urbana;

II - destinação de área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários em percentual compatível com o necessário para o atendimento da demanda a ser gerada pelo empreendimento;

III - ampliação e adequação do sistema viário, faixas de desaceleração, pontos de ônibus, faixas de pedestres e semaforização;

IV - proteção acústica, uso de filtros e outros procedimentos que minimizem os efeitos de atividades incômodas;

V - manutenção de imóveis, fachadas ou outros elementos arquitetônicos ou naturais de interesse paisagístico, histórico, artístico ou cultural, considerando, ainda, a recuperação ambiental da área;

VI - cotas de emprego e cursos de capacitação profissional, entre outros recursos indutores de geração

de emprego e renda;

VII - percentual de habitação de interesse social dentro do perímetro do empreendimento;

VIII - possibilidade de construção de equipamentos comunitários em outras áreas da cidade.

§ 1º As exigências previstas nos incisos anteriores deverão ser proporcionais ao porte e ao impacto do empreendimento.

§ 2º A aprovação do empreendimento ficará condicionada à assinatura de termo de compromisso pelo interessado, no qual este se compromete a arcar integralmente com as despesas decorrentes das obras e serviços necessários à minimização dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento e demais exigências apontadas pelo poder executivo municipal, antes da finalização do empreendimento.

§ 3º O certificado de conclusão da obra ou o alvará de funcionamento só serão emitidos mediante comprovação da conclusão das obras previstas no parágrafo anterior.

Art. 140. A elaboração do EIV não substitui o licenciamento ambiental requerido nos termos da legislação ambiental.

Art. 141. Os documentos integrantes do EIV terão publicidade, ficando disponíveis para consulta, no órgão municipal competente, por qualquer interessado.

§ 1º Serão fornecidas cópias do EIV, quando solicitadas pelos moradores da área afetada ou suas associações.

§ 2º O órgão público responsável pelo exame do EIV deverá realizar audiência pública, antes da decisão sobre o projeto, sempre que sugerida, na forma da lei, pelos moradores da área afetada ou suas associações.

Art. 142. O Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV ou o Estudo de Impacto de Trânsito – EIT, deverão ter anuência de 50% (cinquenta por cento) mais um voto para aprovação.

Art. 143. O município solicitará ao empreendedor público ou privado, como condição para licenciamento do empreendimento, a assinatura de termo de compromisso com definição de responsabilidades para implementação das medidas de mitigatórias e/ou compensatórias dos impactos e problemas identificados no EIV.

Art. 144. Os casos não previstos nesta lei, relacionados ao impacto de vizinhança, serão decididos pelo conselho da cidade, por meio de resolução.

CAPÍTULO X DA COTA DE EQUIDADE SOCIAL

Art. 145. Consubstanciando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), afim de garantir a equidade urbana e social da cidade, garantindo a todos a igualdade de oportunidades e redução das desigualdades de resultados, em especial a moradia de qualidade e bem estar-social, fica estabelecido o instrumento de cota de equidade social.

§ 1º A Cota de Equidade Social consiste na disposição de lotes as famílias em vulnerabilidade social, sendo estes frutos de novos parcelamentos e com dimensões específicas a serem determinadas pela lei de parcelamento do solo e demais regulamentações específicas.

§ 2º Os lotes deverão ser voltados a venda, tendo como público alvo as famílias devidamente registradas no cadastro próprio para compra de habitação de interesse social da assistência social e/ou secretaria responsável pelo setor de habitação.

§ 3º Os lotes voltados a cota de equidade social deverão estar localizados dispersamente nas quadras, de forma heterogenia entre si, não podendo estarem dispostos lado a lado, com fundos adstritos ou em fim de vias de forma isolada.

Art. 146. O cômputo da porcentagem estabelecida da cota de equidade social será de exigência obrigatória para aprovação de novos projetos de loteamento no município de Joaçaba.

Art. 147. A municipalidade deverá regulamentar os requisitos da cota de equidade em legislação específica.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 148. Toda atividade que esteja em desacordo com este plano diretor de desenvolvimento sustentável será considerada atividade desconforme, podendo ser classificada em:

I - atividade compatível: aquela que, embora não se enquadrando nos parâmetros estabelecidos para a unidade territorial em que está inserida, tem características relativas às suas dimensões e funcionamento que não desfiguram a área, e que não tenha reclamações registradas por parte dos moradores do entorno;

II - atividade incompatível: aquela que está comprovadamente em desacordo com as diretrizes estabelecidas para a unidade territorial na qual está localizada.

§ 1º Fica permitida, a critério do conselho da cidade, a ampliação da atividade considerada compatível, desde que não descaracterize a área onde está se encontra.

§ 2º Ressalvadas as hipóteses de obras essenciais à segurança e higiene das edificações, ficam vedadas quaisquer obras de ampliação ou reforma que impliquem no aumento do exercício da atividade considerada incompatível, da capacidade de utilização das edificações, instalações ou equipamentos, ou da ocupação do solo a ela vinculada.

§ 3º As atividades legalmente já existentes, que não se enquadrem nos usos permitidos ou permissíveis na zona na qual está localizada a sede da empresa, exercidas por pessoa jurídica que encerre suas atividades, poderão permanecer sendo desenvolvidas pela sua sucessora no mesmo endereço, a critério do conselho da cidade, cabendo ao proprietário apresentar estudo de impacto de vizinhança obedecendo aos demais dispositivos do plano diretor de desenvolvimento sustentável.

Art. 149. Ficam estabelecidos os seguintes prazos, contados imediatamente após a publicação da presente lei:

I - de 120 (cento e vinte) dias, para que o poder executivo municipal promova reformas em sua estrutura administrativa, com o objetivo de conferir plena operacionalidade à aplicação deste plano diretor de desenvolvimento sustentável, e de gestão democrática nos termos do estatuto da cidade;

II - de 150 (cento e cinquenta) dias, para que o poder executivo municipal elabore e envie ao poder legislativo as modificações na legislação municipal que sejam imprescindíveis aos objetivos referidos nos

termos do inciso anterior;

III - de 180 (cento e oitenta) dias, para que se propicie as condições para a instalação e funcionamento do conselho da cidade de Joaçaba dentro da estrutura administrativa do poder executivo municipal.

IV - de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, para que o poder executivo municipal, elabore e encaminhe ao poder legislativo, os projetos de lei necessários a implementação dos instrumentos de indução do desenvolvimento municipal;

V - de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, para que o poder executivo municipal, regulamente a presente lei, quando outro prazo não estiver estabelecido nesta lei.

§ 1º A posse dos integrantes da primeira gestão do Conselho da Cidade e o início de suas atividades não poderão exceder trinta dias, após o transcurso do prazo de cento e oitenta dias, a que se refere o inciso III do presente artigo.

§ 2º As medidas previstas neste artigo não prejudicarão os dispositivos autoaplicáveis deste plano diretor de desenvolvimento sustentável.

Art. 150. É anexo desta lei:

I –cartograma de macrozoneamento;

Art. 151. Este plano diretor de desenvolvimento sustentável deverá ser revisado no máximo em até dez anos após a sua entrada em vigor, na forma prevista nos termos do Estatuto da Cidade.

Art. 152. Este código entrará em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a data de sua publicação, ficando revogada a lei complementar 137 de 12 de fevereiro de 2007.

Joaçaba (SC), __ de _____ de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito Municipal